



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 016

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 016**

### **16ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva..... 02**

**Presenças..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 02

Projetos de Lei ..... 15

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente..... 17

**Relatório da Comissão Especial para  
referendar Dr. Olympio de Sá S. Maior**

Relator

Dep. Cleiton Kielse..... 18

Referendado

Dr. Olympio de Sá Sotto Maior . 19

**Encerramento da Sessão .....22**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos.....22

Diretoria Geral

Portarias .....22

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente .....23

Tomada de Contas.....23

### **DIÁRIO Nº 016**

### **16ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2008**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral,

Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Ofícios**

OFÍCIO Nº 129/08

Curitiba, 27/02/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto que trata da alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), criando mais uma Vara e elevando a comarca de Matelândia para entrância intermediária, conforme especifica.

Seguem com o anteprojeto, os Anexos de nºs I, II (Tabela 2), IV, V, VI (Tabela 3), VII e IX (Tabelas 1, 4, e 8), da lei supracitada, com as alterações pertinentes.

As razões desta proposição e o cálculo do impacto econômico-financeiro estão contemplados na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em atenção ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, envio a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira da Despesa (documento anexo).

Respeitosamente,

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º O artigo 263 e o artigo 264 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - ...

(...)

XXIII - na comarca de Matelândia:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Art. 264. Ficam elevadas à entrância final a comarca de Guarapuava e à entrância intermediária as comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andirá e Matelândia.”

Art. 2º Fica alterado o Anexo I, da lei referida no artigo 1º, elevando a comarca de Matelândia à entrância intermediária.

Art. 3º Fica alterado o Anexo IV, da lei supracitada, desmembrando o Juízo Único da comarca de Matelândia, em duas Varas distintas, nos termos do artigo 225, inciso II, da mencionada Lei Estadual nº 14277/03.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos V, VI (Tabela 3)

e IX (Tabelas 1 e 4), da lei referida no artigo 1º, com a criação dos seguintes cargos de provimento efetivo para a comarca de:

**Matelândia**

a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária;

b) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça;

c) 1 (um) cargo de Auxiliar Administrativo Criminal.

Art. 5º Ficam alterados, em razão da elevação de entrância da comarca de Matelândia, os Anexos II (Tabelas 2), VII e IX (Tabela 8), da lei citada no artigo 1º.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos seus artigos 263 e 264, bem como no âmbito da composição de anexos, visando a expansão da prestação jurisdicional, e em atenção aos princípios constitucionais exarados no artigo 37 da CF/88, combinado com o artigo 1º e seus parágrafos, da lei estadual supracitada, cujas modificações estão demonstradas como segue:

a) comarca de Matelândia: altera os Anexos I, II (Tabela 2) IV, V, VI (Tabela 3), VII e IX (Tabelas 1,4 e 8), elevando de entrância inicial para entrância intermediária, e desmembrando o Juízo Único em 2 (duas) Varas distintas, criando mais 1 (uma) Vara na referida comarca, nos termos do artigo 225, inciso II da referida Lei Estadual nº 14277/03 (artigo 1º, anteprojeto de lei).

A criação dos cargos para a estruturação da nova Vara modifica os Anexos V, VI (Tabelas 3 e 4) e IX (Tabela 1 e 4), da Lei Estadual nº 14277/03, os quais são detalhados no artigo 4º, do anteprojeto lei.

A alteração na comarca de Matelândia foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias na 11ª Sessão Ordinária, realizada em data de 26/11/07, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 14/12/07.

Outrossim, os anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei, deverão necessariamente ser publicados juntamente com a redação final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto financeiro da presente proposta totaliza aproximadamente o valor anual de R\$ 384.573,00 (trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar

101/00 - LRF, cuja participação estimada para o exercício de 2008 situa-se em 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida; portanto abaixo do

limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

| PLANILHA DE CUSTO<br>CRIAÇÃO DE CARGOS DE FORO JUDICIAL<br>COMARCA DE MATELÂNDIA                                                                                                                                  |       |          |                |               |                      |             |                    |              |                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------|----------------|---------------|----------------------|-------------|--------------------|--------------|--------------------|
| Estimativas de custo elevando de entrância inicial para entrância intermediária a comarca de Matelândia, somados ao custo do pessoal com a criação de mais uma Vara, resultante do desmembramento do Juízo Único. |       |          |                |               |                      |             |                    |              |                    |
| Cargo                                                                                                                                                                                                             | Nível | Qtde     | Valor p/ Cargo | 20% DJ 260/05 | Risco de Vida 33,33% | Assiduidade | Custo Mensal       | Terço Férias | Custo Anual        |
|                                                                                                                                                                                                                   |       |          | A              | B = 20% de A  | C= 33,33% de A       | D           | E=A+B+C+D (x QTDE) | F = E/3      | G = Ex13+F         |
| Juiz de Direito                                                                                                                                                                                                   |       | 1        | 17.910,12      |               |                      |             | 17.910,12          | 11.940,08    | 244.771,64         |
| Oficial de Justiça                                                                                                                                                                                                | C 11  | 2        | 1.931,38       | 386,28        | 643,73               | 100,00      | 6.122,77           | 2.040,92     | 81.636,93          |
| Auxiliar Administrativo Criminal                                                                                                                                                                                  | A2    | 1        | 955,52         |               |                      | 100,00      | 1.055,52           | 351,84       | 14.073,60          |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                                                                      |       | <b>4</b> | <b>-</b>       | <b>-</b>      | <b>-</b>             | <b>-</b>    | <b>-</b>           | <b>-</b>     | <b>340.482,17</b>  |
| Custo Anual (Resultado da criação de uma Vara)                                                                                                                                                                    |       |          |                |               |                      |             |                    |              | <b>340.482,17</b>  |
| Custo Anual (Resultado da elevação de entrância)                                                                                                                                                                  |       |          |                |               |                      |             |                    |              | <b>+ 44.090,65</b> |
| <b>TOTAL COMARCA =</b>                                                                                                                                                                                            |       |          |                |               |                      |             |                    |              | <b>384.572,82</b>  |
| Obs.: Férias de Juiz de Direito = 2/3<br>Não incluídas as estimativas de material permanente e material de consumo, inclusive espaço físico, informática e equipamentos.                                          |       |          |                |               |                      |             |                    |              |                    |

O Custo Anual, no valor de R\$ 384.573,00 foi estimado para os exercícios de 2009 e 2010, mediante a aplicação de 4,5% ao ano, correspondente à meta para a inflação do Banco Central do Brasil.

A demonstração da origem dos recursos orçamentários para a cobertura do acréscimo de custo anual é detalhada no quadro a seguir.

| Exercícios                                                                                                                                                                                                                                             | 2008<br>R\$ 1,00 | 2009<br>R\$ 1,00 | 2010<br>R\$ 1,00 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| O impacto orçamentário-financeiro, referente ao presente anteprojeto conforme planilha de custo                                                                                                                                                        | 384.573          | 401.879          | 419.963          |
| O acréscimo da despesa ocorrerá por conta de dotação orçamentária maior, não comprometida, que apresenta saldo suficiente para a cobertura deste aumento.<br><b>3.1.90.11.99 Outros Vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil - PPA 2008-2011</b> | 384.573          | 401.879          | 419.963          |

### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, de Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, elevando a Comarca de Matelândia à entrância intermediária e criando mais uma Vara

com seus respectivos cargos, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 27.02.08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03<br>CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL<br>ANEXO I |   |                                             |                                    |           |    |                |                            |              |    |                |    |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---------------------------------------------|------------------------------------|-----------|----|----------------|----------------------------|--------------|----|----------------|----|--------------|
| COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL                                                                                                                                                                         |   |                                             | COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA |           |    |                | COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL |              |    |                |    |              |
| 1                                                                                                                                                                                                  |   | Comarca da Região Metropolitana de Curitiba | 1                                  | Andirá    | 36 | Nova Esperança | 1                          | Alto Paraná  | 36 | Joaquim Távora | 71 | Sengés       |
|                                                                                                                                                                                                    | I | Foro Central de Curitiba                    | 2                                  | Apucarana | 37 | Palmas         | 2                          | Alto Piquiri | 37 | Mallet         | 72 | Sertanópolis |

|   |     |                                        |    |                         |    |                           |    |                          |    |                       |    |                 |
|---|-----|----------------------------------------|----|-------------------------|----|---------------------------|----|--------------------------|----|-----------------------|----|-----------------|
|   | II  | Foro Regional de Almirante Tamandaré   | 3  | Arapongas               | 38 | Palotina                  | 3  | Altônia                  | 38 | Mamborê               | 73 | Siqueira Campos |
|   | III | Foro Regional de Araucária             | 4  | Assaí                   | 39 | Paranaguá                 | 4  | Antonina                 | 39 | Mandaguaçu            | 74 | Teixeira Soares |
|   | IV  | Foro Regional de Bocaiúva do Sul       | 5  | Assis Chateaubriand     | 40 | Paranavaí                 | 5  | Arapoti                  | 40 | Mandaguari            | 75 | Terra Boa       |
|   | V   | Foro Regional de Campina Grande do Sul | 6  | Astorga                 | 41 | Pato Branco               | 6  | Barbosa Ferraz           | 41 | Mangueirinha          | 76 | Terra Rica      |
|   | VI  | Foro Regional de Campo Largo           | 7  | Bandeirantes            | 42 | Peabiru                   | 7  | Barracão                 | 42 | Manoel Ribas          | 77 | Terra Roxa      |
|   | VII | Foro Regional de Colombo               | 8  | Bela Vista do Paraíso   | 44 | Porecatu                  | 9  | Campina da Lagoa         | 44 | Morretes              | 79 | Tomazina        |
|   | IX  | Foro Regional de Pinhais               | 10 | Campo Mourão            | 45 | Rio Negro                 | 10 | Cândido de Abreu         | 45 | Nova Fátima           | 80 | Ubiratã         |
|   | X   | Foro Regional de Piraquara             | 11 | Capanema                | 46 | Rolândia                  | 11 | Cantagalo                | 46 | Nova Londrina         | 81 | Uraí            |
|   | XI  | Foro Regional de Rio Branco do Sul     | 12 | Castro                  | 47 | Santo Antônio da Platina  | 12 | Capitão Leônidas Marques | 47 | Ortigueira            | 82 | Xambrê          |
|   | XII | Foro Regional de São José dos Pinhais  | 13 | Chopinzinho             | 48 | Santo Antonio do Sudoeste | 13 | Carlópolis               | 48 | Palmeira              |    |                 |
| 2 |     | Cascavel                               | 14 | Cianorte                | 49 | São Mateus do Sul         | 14 | Catanduvas               | 49 | Palmital              |    |                 |
| 3 |     | Foz do Iguaçu                          | 15 | Colorado                | 50 | Sarandi                   | 15 | Centenário do Sul        | 50 | Paraíso do Norte      |    |                 |
| 4 |     | Guarapuava                             | 16 | Cornélio Procopio       | 51 | Telêmaco Borba            | 16 | Cerro Azul               | 51 | Paranacity            |    |                 |
| 5 |     | Londrina                               | 17 | Cruzeiro do Oeste       | 52 | Toledo                    | 17 | Cidade Gaúcha            | 52 | Pérola                |    |                 |
| 6 |     | Maringá                                | 18 | Dois Vizinhos           | 53 | Umuarama                  | 18 | Clevelândia              | 53 | Pinhão                |    |                 |
| 7 |     | Ponta Grossa                           | 19 | Francisco Beltrão       | 54 | União de Vitória          | 19 | Congonhinhas             | 54 | Piraí do Sul          |    |                 |
|   |     |                                        | 20 | Goioerê                 | 55 | Wenceslau Braz            | 20 | Corbélia                 | 55 | Primeiro de Maio      |    |                 |
|   |     |                                        | 21 | Guaíra                  |    |                           | 21 | Coronel Vivida           | 56 | Prudentópolis         |    |                 |
|   |     |                                        | 22 | Guaratuba               |    |                           | 22 | Curiúva                  | 57 | Quedas do Iguaçu      |    |                 |
|   |     |                                        | 23 | Ibaiti                  |    |                           | 23 | Engenheiro Beltrão       | 58 | Realeza               |    |                 |
|   |     |                                        | 24 | Ibiporã                 |    |                           | 24 | Faxinal                  | 59 | Rebouças              |    |                 |
|   |     |                                        | 25 | Iratí                   |    |                           | 25 | Formosa do Oeste         | 60 | Reserva               |    |                 |
|   |     |                                        | 26 | Ivaiporã                |    |                           | 26 | Grandes Rios             | 61 | Ribeirão Claro        |    |                 |
|   |     |                                        | 27 | Jacarezinho             |    |                           | 27 | Guaraniaçu               | 62 | Ribeirão do Pinhal    |    |                 |
|   |     |                                        | 28 | Lapa                    |    |                           | 28 | Icaraíma                 | 63 | Salto do Lontra       |    |                 |
|   |     |                                        | 29 | Laranjeiras do Sul      |    |                           | 29 | Imbituva                 | 64 | Santa Helena          |    |                 |
|   |     |                                        | 30 | Loanda                  |    |                           | 30 | Ipiranga                 | 65 | Santa Isabel do Ivaí  |    |                 |
|   |     |                                        | 31 | Marechal Cândido Rondon |    |                           | 31 | Iporã                    | 66 | Santa Mariana         |    |                 |
|   |     |                                        | 32 | Marialva                |    |                           | 32 | Iretama                  | 67 | São Jerônimo da Serra |    |                 |
|   |     |                                        | 33 | Matelândia              |    |                           | 33 | Jaguapitã                | 68 | São João do Ivaí      |    |                 |
|   |     |                                        | 34 | Matinhos                |    |                           | 34 | Jaguariaíva              | 69 | São João do Triunfo   |    |                 |
|   |     |                                        | 35 | Medianeira              |    |                           | 35 | Jandaia do Sul           | 70 | São Miguel do Iguaçu  |    |                 |

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03  
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA  
ANEXO - IV

MATELÂNDIA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03  
SEÇÕES JUDICIÁRIAS  
ANEXO II - TABELA 2

|     |      |            |        |   |
|-----|------|------------|--------|---|
| 38ª | .... | ....       | ....   | 0 |
|     |      | Matelândia | INTERM | 0 |
|     |      | ....       | ....   | 0 |

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03  
MAGISTRATURA ESTADUAL  
ANEXO V

| COMARCAS/FORO | ENTRÂNCIA | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito do Juizado Especial | Uiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
|---------------|-----------|---------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|---------------------------|-----------------|-------|
| ....          |           |               |                                       |                 |                                     |                           |                 |       |
| Matelândia    | Interm    |               |                                       | 2               |                                     |                           |                 | 2     |
| ....          |           |               |                                       |                 |                                     |                           |                 |       |

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03  
CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA  
ANEXO VI - TABELA 3

| COMARCA    | Escriv. Cível (*) | Escriv. Crim. | Escriv. de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial | Escriv. da Infância e da Juvent. | Escriv. de Execuções Penais e Correg. dos Presídios | Oficial de Justiça | Auxiliar de Cartório Criminal | Auxiliar de Cartório da Infância e da Juvent. | Auxiliar de Cartório de Execuções Penais e Correg. dos Presídios |
|------------|-------------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| ....       |                   |               |                                                                                                    |                                  |                                                     |                    |                               |                                               |                                                                  |
| Matelândia | 1                 | 1             |                                                                                                    |                                  |                                                     | 4                  | 1                             |                                               |                                                                  |
| ....       |                   |               |                                                                                                    |                                  |                                                     |                    |                               |                                               |                                                                  |

(\*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03  
CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA  
ANEXO VI - TABELA 3

| Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent. | Auxiliar Administr. Criminal | Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent. | Auxiliar Administr. de Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios | Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*) | Agente de Limpeza | Total |
|------------------------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------|
|                                                |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   |       |

(\*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.

ENTRÂNCIA

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

ENTRÂNCIA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

ENTRÂNCIA ENTRÂNCIA INICIAL

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX<br>CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1 |               |                                               |                 |                                           |                                |                   |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-----------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------------|--------------------------------|-------------------|-------|
| COMARCAS                                                                                                                                                                                                | Desembargador | Juiz de Direito<br>Substitutivo em 2º<br>Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito<br>do Juizado<br>Especial | Uiz de Direito<br>Substitutivo | Juiz Substitutivo | Total |
|                                                                                                                                                                                                         |               |                                               |                 |                                           |                                |                   |       |
| ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA                                                                                                                                                                                 |               |                                               |                 |                                           |                                |                   |       |
| ....                                                                                                                                                                                                    |               |                                               |                 |                                           |                                |                   |       |
| Matelândia                                                                                                                                                                                              | 1             |                                               |                 |                                           |                                |                   | 1     |
| ....                                                                                                                                                                                                    |               |                                               |                 |                                           |                                |                   |       |

| <p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03</p> <p>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO X</p> <p>CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4</p> |                      |                     |                                                                                                       |                                       |                                                        |                    |                               |                                                 |                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| COMARCA                                                                                                                                                                                                                                                 | Escrivania Cível (*) | Escrivania Criminal | Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial | Escrivania da Infância e da Juventude | Escrivania de Execuções Penais e Correg. dos Presídios | Oficial de Justiça | Auxiliar de Cartório Criminal | Auxiliar de Cartório da Infância e da Juventude | Auxiliar de Cartório de Execuções Penais e Correg. dos Presídios |
| ....                                                                                                                                                                                                                                                    |                      |                     |                                                                                                       |                                       |                                                        |                    |                               |                                                 |                                                                  |
| Matelândia                                                                                                                                                                                                                                              | 2                    |                     |                                                                                                       |                                       |                                                        |                    |                               |                                                 |                                                                  |
| ....                                                                                                                                                                                                                                                    |                      |                     |                                                                                                       |                                       |                                                        |                    |                               |                                                 |                                                                  |

| <p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03</p> <p>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX</p> <p>CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4</p> |                              |                                                |                                                                      |                                                                                          |                   |       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------|
| Comissário de Vigilância da Infância e da Juventude                                                                                                                                                                                                      | Auxiliar Administr. Criminal | Auxiliar Administr. da Infância e da Juventude | Auxiliar Administr. de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios | Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*) | Agente de Limpeza | Total |
| ....                                                                                                                                                                                                                                                     |                              |                                                |                                                                      |                                                                                          |                   |       |
| Matelândia                                                                                                                                                                                                                                               | 1                            |                                                |                                                                      |                                                                                          |                   | 3     |
| ....                                                                                                                                                                                                                                                     |                              |                                                |                                                                      |                                                                                          |                   |       |

(\*) - Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos

| <p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03</p> <p>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX</p> <p>CARGOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - TABELA 8</p> |                                           |                                              |                                                      |                                      |                                         |                                                 |                                              |                                                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| COMARCAS                                                                                                                                                                                                                                    | Juiz de Direito do Juizado Especial Cível | Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal | Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal | Secretário do Juizado Especial Cível | Secretário do Juizado Especial Criminal | Secretário do Juizado Especial Cível e Criminal | Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível | Oficial de Justiça do Juizado Especial Criminal |
| ....                                                                                                                                                                                                                                        |                                           |                                              |                                                      |                                      |                                         |                                                 |                                              |                                                 |
| ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA                                                                                                                                                                                                                     |                                           |                                              |                                                      |                                      |                                         |                                                 |                                              |                                                 |
| ....                                                                                                                                                                                                                                        |                                           |                                              |                                                      |                                      |                                         |                                                 |                                              |                                                 |
| Matelândia                                                                                                                                                                                                                                  |                                           |                                              |                                                      |                                      |                                         |                                                 |                                              |                                                 |



| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX<br>CARGOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - TABELA 8 |                                           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| ENTRÂNCIA INICIAL                                                                                                                                                                                                        |                                           |
| ....                                                                                                                                                                                                                     |                                           |
| Matelândia                                                                                                                                                                                                               | Comarca elevada a entrância intermediária |
| ....                                                                                                                                                                                                                     |                                           |

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX<br>CARGOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - TABELA 8 |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------|--------------------------------------|-------|
| COMARCAS                                                                                                                                                                                                                 | Oficial de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal | Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Cível | Auxiliar de Cartório do Juizado Especial Criminal | Auxiliar Administrativo do Juizado Especial Cível e Criminal | Contador e Avaliador | Secretário de Turmas Recursais (*) | Secretário do Conselho de Supervisão | Total |
| ....                                                                                                                                                                                                                     |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
| ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA                                                                                                                                                                                                  |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
| ....                                                                                                                                                                                                                     |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
| Matelândia                                                                                                                                                                                                               |                                                         |                                                |                                                   | 2                                                            |                      |                                    |                                      | 2     |
| ....                                                                                                                                                                                                                     |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
| ENTRÂNCIA INICIAL                                                                                                                                                                                                        |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
| ....                                                                                                                                                                                                                     |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
| Matelândia                                                                                                                                                                                                               |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |
| ....                                                                                                                                                                                                                     |                                                         |                                                |                                                   |                                                              |                      |                                    |                                      |       |

(\*) Cargos de Secretário de Turmas Recursais, transformados em Secretário dos Juizados Especiais

## OFÍCIO Nº 130/08-GP

Curitiba, em 28.02.08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto que trata de alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), elevando a comarca de Marechal Cândido Rondon à Sede de Seção Judiciária, conforme especifica.

Seguem com o anteprojeto, os Anexos de nºs II (Tabela 2), V e IX (Tabela 1), da lei supracitada, com as alterações pertinentes.

As razões desta proposição e o cálculo do impacto econômico-financeiro estão contemplados na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em atenção ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, envio a declaração de adequação orçamentária e financeira da despesa. (documento anexo).

Respeitosamente,

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criada a 55ª Seção Judiciária com sede na comarca de Marechal Cândido Rondon, e com abran-

gência nas comarcas de Santa Helena e Palotina, alterando o Anexo II (Tabela 2), da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º A 20ª Seção Judiciária será composta pela sede, comarca de Assis Chateaubriand e pelas comarcas de Corbélia e Formosa do Oeste.

§ 2º A 49ª Seção Judiciária será composta pela sede, comarca de Toledo.

Art. 2º Ficam alterados os Anexos V e IX (Tabela 1), da lei referida no artigo 1º, com a criação do seguinte cargo de provimento efetivo para a comarca de:

### **Marechal Cândido Rondon**

a) 1 (um) cargo de Juiz Substituto.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, no âmbito da composição

de anexos, visando expansão da prestação jurisdicional, e em atenção aos princípios constitucionais exarados no artigo 37 da CF/88, combinado com o artigo 1º e seus parágrafos, da lei estadual supracitada, cujas modificações estão demonstradas, como segue:

a) Comarca de Marechal Cândido Rondon: altera os Anexos II (Tabela 2), V e IX (Tabela 1), criando a 55ª Seção Judiciária, da mencionada Lei Estadual nº 14277/03.

A criação do cargo para a estruturação da nova sede modifica os Anexos V e IX (Tabela 1), da Lei Estadual nº 14277/03, o qual é detalhado no artigo 2º, do anteprojeto de lei.

A alteração na Comarca de Marechal Cândido Rondon foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias na 13ª Sessão Ordinária, realizada em data de 13/12/07, e pelo egrégio Órgão

Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 14/12/07.

Outrossim, os anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei, deverão necessariamente ser publicados juntamente com a redação final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto financeiro da presente proposta totaliza aproximadamente o valor anual de R\$ 244.772,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar 101/00 - LRF, cuja participação estimada para o exercício de 2008 situa-se em 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida; portanto abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

| PLANILHA DE CUSTO<br>CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL<br>COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON                                                                           |       |      |                |               |                      |             |                    |              |             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|----------------|---------------|----------------------|-------------|--------------------|--------------|-------------|
| Estimativas de custo do pessoal para instalação da 55ª Seção Judiciária                                                                                                 |       |      |                |               |                      |             |                    |              |             |
| Cargo                                                                                                                                                                   | Nível | Qtde | Valor p/ Cargo | 20% DJ 260/05 | Risco de Vida 33,33% | Assiduidade | Custo Mensal       | Terço Férias | Custo Anual |
|                                                                                                                                                                         |       |      | A              | B = 20% de A  | C = 33,33% de A      | D           | E=A+B+C+D (x QTDE) | F = E/3      | G = Ex13+F  |
| Juiz de Direito                                                                                                                                                         |       | 1    | 17.910,12      |               |                      |             | 17.910,12          | 11.940,08    | 244.771,64  |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                            |       | 1    | -              | -             | -                    | -           | -                  | -            | 244.771,64  |
| Obs: Férias de Juiz de Direito = 2/3<br>Não incluídas as estimativas de material permanente e material de consumo, inclusive espaço físico, informática e equipamentos. |       |      |                |               |                      |             |                    |              |             |

O custo anual, no valor de R\$ 244.772,00 foi estimado para os exercícios de 2009 e 2010, mediante a aplicação de 4,5% ao ano, correspondente à meta para a inflação do Banco Central do Brasil.

A demonstração da origem dos recursos orçamentários para a cobertura do acréscimo de custo anual é detalhada no quadro a seguir

| Exercícios                                                                                                                                                                                                                                        | 2008<br>R\$ 1,00 | 2009<br>R\$ 1,00 | 2010<br>R\$ 1,00 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Impacto Orçamentário-Financeiro, referente ao presente anteprojeto conforme planilha de custo                                                                                                                                                     | 244.772          | 255.787          | 267.297          |
| O acréscimo da despesa ocorrerá por conta de dotação orçamentária maior, não comprometida, que apresenta saldo suficiente para a cobertura deste aumento.<br>3.1.90.11.99 - Outros Vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil - PPA 2008-2011 | 244.772          | 255.787          | 267.297          |

### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, elevando a comarca de Marechal Cândido Rondon à Sede de

Seção Judiciária, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 28.02.08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03<br>SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - Tabela 2 |                         |                         |         |   |   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------|---|---|
| 20ª                                                                                                                                                        | ASSIS CHATEAUBRIAND     | ASSIS CHATEAUBRIAND     | INTERM  | 1 | 1 |
|                                                                                                                                                            |                         | Corbélia                | INICIAL |   | 0 |
|                                                                                                                                                            |                         | Formosa do Oeste        | INICIAL |   | 0 |
|                                                                                                                                                            |                         | ...                     |         |   |   |
| 49ª                                                                                                                                                        | TOLEDO                  | TOLEDO                  | INTERM  | 1 | 1 |
| ...                                                                                                                                                        |                         |                         |         |   |   |
| 55ª                                                                                                                                                        | MARECHAL CÂNDIDO RONDON | MARECHAL CÂNDIDO RONDON | INTERM  | 1 | 1 |
|                                                                                                                                                            |                         | Palotina                | INTERM  |   | 0 |
|                                                                                                                                                            |                         | Santa Helena            | INICIAL |   | 0 |
|                                                                                                                                                            |                         |                         |         |   |   |

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br>MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V |           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|
| COMARCAS/FORO                                                                                                                            | ENTRÂNCIA | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito do Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
| ....                                                                                                                                     |           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
| Marechal Cândido Rondon                                                                                                                  | Interm    |               |                                       | 2               |                                     |                            | 1               | 3     |
| ....                                                                                                                                     |           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX<br>CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1 |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|
| COMARCAS                                                                                                                                                                                       | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito do Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
| ....                                                                                                                                                                                           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
| ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA                                                                                                                                                                        |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
| Marechal Cândido Rondon                                                                                                                                                                        |               |                                       |                 |                                     |                            | 1               | 1     |
| ....                                                                                                                                                                                           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |

OFÍCIO Nº 131/08-GP

Curitiba, em 27.02.08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto que trata da alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30.12.03. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), que cria mais uma Vara na comarca de Rio Negro, conforme especifica.

Seguem com o anteprojeto, os anexos de nºs IV, V, VI (Tabela 3) e IX (Tabelas 1 e 4), da lei supracitada, com as alterações pertinentes.

As razões desta proposição e o cálculo do impacto econômico-financeiro estão contemplados na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em atenção ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, envio a declaração de adequação orçamentária e financeira da despesa (documento anexo).

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 263 da Lei Estadual nº 14277, de

30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - .....

(...)

XXIV - na comarca de Rio Negro:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família.”

Art. 2º Fica alterado o anexo IV da lei citada no artigo 1º, desmembrando o Juízo Único da comarca de Rio Negro, em 2 (duas) Varas distintas, nos termos do artigo 225, inciso II, da referida lei.

Art. 3º Ficam alterados os anexos V, VI (Tabela 3) e IX (Tabelas 1 e 4), da lei referida no artigo 1º, com a criação dos seguintes cargos de provimento efetivo para a comarca de:

#### **Rio Negro**

a) 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária;

b) 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### **JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do

Estado do Paraná - CODJ, no seu artigo 263, bem como no âmbito da composição de anexos, visando a expansão da prestação jurisdicional, e em atenção aos princípios constitucionais exarados no artigo 37 da CF/88, combinado com o artigo 1º e seus parágrafos, da lei estadual supracitada, cujas modificações estão demonstradas, como segue:

a) comarca de Rio Negro: alteram os anexos IV, V, VI (Tabela 3), e IX (Tabelas 1 e 4), e desmembra o Juízo Único em 2 (duas) Varas distintas, criando mais 1 (uma) Vara, nos termos do artigo 225, inciso II, da citada Lei Estadual nº 14277/03 (artigo 1º, do anteprojeto de lei).

A criação dos cargos para a estruturação das novas Varas modifica os anexos V, VI (Tabelas 3 e 4) e IX (Tabela 1 e 4), da Lei Estadual nº 14277/03, os quais são detalhados no artigo 3º, do anteprojeto lei.

A alteração na comarca de Rio Negro foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias na 13ª Sessão Ordinária, realizada em data de 13/12/07, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 14/12/07.

Outrossim, os anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei, deverão necessariamente ser publicados juntamente com a redação final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto financeiro da presente proposta totaliza aproximadamente o valor anual de R\$ 326.409,00 (trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e nove reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, cuja participação estimada para o exercício de 2008 situa-se em 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida; portanto abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

| PLANILHA DE CUSTO<br>CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL                                                                                                                              |       |          |                |               |                      |             |                      |              |                   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------|----------------|---------------|----------------------|-------------|----------------------|--------------|-------------------|
| Comarca de Rio Negro                                                                                                                                                                 |       |          |                |               |                      |             |                      |              |                   |
| <b>Estimativas de custo do pessoal para instalação da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família, resultante do desmembramento do Juízo Único - Entrância Intermediária</b> |       |          |                |               |                      |             |                      |              |                   |
| Cargo                                                                                                                                                                                | Nível | Qtde     | Valor p/ Cargo | 20% DJ 260/05 | Risco de Vida 33,33% | Assiduidade | Custo Mensal         | Terço Férias | Custo Anual       |
|                                                                                                                                                                                      |       |          | A              | B = 20% de A  | C = 33,33% de A      | D           | E = A+B+C+D (x QTDE) | F = E/3      | G = Ex13+F        |
| Juiz de Direito                                                                                                                                                                      |       | 1        | 17.910,12      |               |                      |             | 17.910,12            | 11.940,08    | 244.771,64        |
| Oficial de Justiça                                                                                                                                                                   | C 11  | 2        | 1.931,38       | 386,28        | 643,73               | 100,00      | 6.122,77             | 2.040,92     | 81.636,93         |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                                         |       | <b>3</b> | -              | -             | -                    | -           | -                    | -            | <b>326.408,57</b> |
| Obs: Férias de Juiz de Direito= 2/3<br>Não incluídas as estimativas de material permanente e material de consumo, inclusive espaço físico, informática e equipamentos.               |       |          |                |               |                      |             |                      |              |                   |

O custo anual, no valor de R\$ 326.409,00 foi estimado para os exercícios de 2009 e 2010, mediante a aplicação de 4,5% ao ano, correspondente à meta para a inflação do Banco Central do Brasil.

A demonstração da origem dos recursos orçamentários para a cobertura do acréscimo de custo anual é detalhada no quadro a seguir.

| Exercícios                                                                                                                                                                                                                                             | 2008<br>R\$ 1,00 | 2009<br>R\$ 1,00 | 2010<br>R\$ 1,00 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Impacto orçamentário-financeiro, referente ao presente anteprojeto conforme planilha de custo                                                                                                                                                          | 326.409          | 341.097          | 356.447          |
| O acréscimo da despesa ocorrerá por conta de dotação orçamentária maior, não comprometida, que apresenta saldo suficiente para a cobertura deste aumento.<br><b>3.1.90.11.99 Outros Vencimentos e Vantagens Fixas do Pessoal Civil - PPA 2008-2011</b> | 326.409          | 341.097          | 356.447          |

## DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, criando mais uma Vara com seus respectivos cargos na comarca de Rio

Negro, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27 de dezembro de 2007, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 27.02.08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

|                                                                                                                                                                                                                                         |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br/> CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br/> COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV</p>                                             |  |
| <p>RIO NEGRO - Comarca de Entrância Intermediária</p> <p>FORO JUDICIAL</p> <p>Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial</p> <p>Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família</p> |  |

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br>MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V |           |               |                                       |                 |                                     |                           |                 |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|---------------------------|-----------------|-------|
| COMARCAS/FORO                                                                                                                            | ENTRÂNCIA | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito do Juizado Especial | Uiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
| ....                                                                                                                                     |           |               |                                       |                 |                                     |                           |                 |       |
| Rio Negro                                                                                                                                | Interm.   | 2             |                                       |                 |                                     |                           |                 | 2     |
| ....                                                                                                                                     |           |               |                                       |                 |                                     |                           |                 |       |

| <p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br/> CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br/> CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA<br/> ANEXO VI - TABELA 3</p> |                         |                  |                                                                                                                |                                       |                                                                     |                       |                                  |                                                        |                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| COMARCA                                                                                                                                                                                        | Escriv.<br>Cível<br>(*) | Escriv.<br>Crim. | Escriv. de Família,<br>Registros Públicos,<br>Acidentes do Trabalho<br>e Corregedoria do Foro<br>Extrajudicial | Escriv. da Infân-<br>cia e da Juvent. | Escriv. de<br>Execuções<br>Penais e Cor-<br>reg. dos Pre-<br>sídios | Oficial de<br>Justiça | Auxiliar de Cartório<br>Criminal | Auxiliar de<br>Cartório da<br>Infância e da<br>Juvent. | Auxiliar de<br>Cartório de<br>Execuções<br>Penais e Cor-<br>reg. dos Pre-<br>sídios |
| ....                                                                                                                                                                                           |                         |                  |                                                                                                                |                                       |                                                                     |                       |                                  |                                                        |                                                                                     |
| Rio Negro                                                                                                                                                                                      | 1                       | 1                |                                                                                                                |                                       |                                                                     | 4                     |                                  | 1                                                      |                                                                                     |
| ....                                                                                                                                                                                           |                         |                  |                                                                                                                |                                       |                                                                     |                       |                                  |                                                        |                                                                                     |

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br>CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA<br>ANEXO VI - TABELA 3 |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   |       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------|
| Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent.                                                                                                                                    | Auxiliar Administr. Criminal | Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent. | Auxiliar Administr. da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios | Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*) | Agente de Limpeza | Total |
| ....                                                                                                                                                                              |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   |       |
| Rio Negro                                                                                                                                                                         | 2                            |                                              |                                                                              | 1                                                                                        | 1                 | 11    |
| ....                                                                                                                                                                              |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   |       |

(\*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX<br>CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1 |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-------|
| COMARCAS                                                                                                                                                                                       | Desembargador | Juiz de Direito Substituto em 2º Grau | Juiz de Direito | Juiz de Direito do Juizado Especial | Juiz de Direito Substituto | Juiz Substituto | Total |
|                                                                                                                                                                                                |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
| ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA                                                                                                                                                                        |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
| ....                                                                                                                                                                                           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |
| Rio Negro                                                                                                                                                                                      |               |                                       | 1               |                                     |                            |                 | 1     |
| ....                                                                                                                                                                                           |               |                                       |                 |                                     |                            |                 |       |

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO X<br>CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4 |                   |               |                                                                                                    |                                  |                                                     |                    |                               |                                               |                                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| COMARCA                                                                                                                                                                                                                     | Escriv. Cível (*) | Escriv. Crim. | Escriv. de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial | Escriv. da Infância e da Juvent. | Escriv. de Execuções Penais e Correg. dos Presídios | Oficial de Justiça | Auxiliar de Cartório Criminal | Auxiliar de Cartório da Infância e da Juvent. | Auxiliar de Cartório de Execuções Penais e Correg. dos Presídios |
| ....                                                                                                                                                                                                                        |                   |               |                                                                                                    |                                  |                                                     |                    |                               |                                               |                                                                  |
| Rio Negro                                                                                                                                                                                                                   |                   |               |                                                                                                    |                                  |                                                     | 2                  |                               |                                               |                                                                  |
| ....                                                                                                                                                                                                                        |                   |               |                                                                                                    |                                  |                                                     |                    |                               |                                               |                                                                  |

| PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ<br>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03<br>CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO X<br>CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4 |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   |       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------|
| Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent.                                                                                                                                                                              | Auxiliar Administr. Criminal | Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent. | Auxiliar Administr. de Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios | Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*) | Agente de Limpeza | Total |
| ....                                                                                                                                                                                                                        |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   |       |
| Rio Negro                                                                                                                                                                                                                   |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   | 2     |
| ....                                                                                                                                                                                                                        |                              |                                              |                                                                              |                                                                                          |                   |       |

(\*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 071/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º A Secretaria de Estado da Educação fica autorizada a implantar o Programa de Palestras e Oficinas sobre Prevenção às Drogas e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), nas atividades das escolas da rede privada de 1º e 2º graus do Paraná.

Art. 2º As palestras e oficinas deverão ter finalidades preventivas, educativas e de promoção do desenvolvimento psicossocial do jovem, pois serão dirigidas aos alunos da rede particular de ensino, respectivos pais ou responsáveis e à comunidade.

Art. 3º Caberá a cada escola, em parceria com a Coordenadoria Estadual Antidrogas, bem como com os Conselhos Municipal e Estadual da área em referência, Secretaria Estadual de Saúde e Organizações Não Governamentais (ONGs), para a adequação da metodologia do processo, podendo firmar acordos de cooperação técnica com os Conselhos Municipal e Estadual de Antidrogas e Organizações Não Governamentais, para a contratação de agentes de saúde e profissionais da área da educação, com a formação específica na área de prevenção de drogas, para atuarem como palestrantes, com apoio do corpo docente da escola.

Art. 4º As escolas da rede privada do Paraná de 1º e 2º graus deverão inserir em suas atividades curriculares, oficinas, filmes, dinâmicas de grupo, debates e palestras de prevenção ao uso de drogas, alertando quanto ao uso, consequências, tipos de dependências, bem como os respectivos comprometimentos físicos, psicológicos, familiares e sociais, através de métodos didáticos pedagógicos.

I - será imprescindível que os palestrantes sejam profissionais especializados, com conhecimento de causa e experiência na área, podendo ser professores da própria escola e/ou profissionais da área de saúde, devidamente orientados, para a realização das atividades de prevenção às drogas;

II - as atividades e programas oriundos desta área deverão ter coordenação de psicólogos, a fim de orientar os jovens usuários e não usuários de entorpecentes, bem como a família, sobre esta problemática e também a atuação de psicopedagogos, para avaliar se o comprometimento do jovem com o vício das drogas não está influenciando no seu rendimento escolar;

III - as palestras e oficinas de prevenção às drogas e DST/SIDA, serão inseridas na grade curricular da escola, sendo consideradas, como disciplina complementar passível de nota; alternativamente, a escola poderá uti-

lizar como disciplina, o nome de um dos temas transversais, citado nos parâmetros curriculares nacionais, cujo nome é Educação para a Saúde ou inserir o conteúdo acima mencionado, em uma das disciplinas já existentes, como educação física ou biologia, as quais neste caso, sofrerão alterações em seu conteúdo programático, porém, sem alterar a essência da disciplina;

Art. 5º O público alvo será composto de alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e ensino médio respectivamente, pais de alunos em geral e professores, caso necessário as palestras e oficinas poderão ser estendidas à comunidade, visando melhor efetividade dos eventos.

Parágrafo Único. Será imprescindível que a escola tenha em suas dependências internas, uma Ouvidoria para Assuntos Especiais, para atender alunos, pais e professores, com a finalidade de orientação educativa, no que tange ao assunto prevenção de drogas e DST/SIDA, e com profissionais qualificados e preparados para executar referida atividade.

Art. 6º A programação deverá envolver os pais ou responsáveis, como estratégia de continuidade e alerta ao consumo de entorpecentes, através de mesa redonda, ou a forma que julgarem adequada, bem como a realização de mini-cursos de formação na área de prevenção às drogas e na área da saúde, ficando este trabalho a critério dos palestrantes e psicólogos, com o apoio da coordenação pedagógica da escola, já que esta possui o conhecimento da comunidade escolar da qual está inserida.

Parágrafo Único. Poderão ser envolvidas as Associações de Pais e Professores, Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como organizações comunitárias interessadas, visando a congregação de esforços e recursos para o alcance dos objetivos.

Art. 7º Caberá, às escolas da rede privada, a elaboração de relatórios e documentos inerentes ao assunto, os quais serão encaminhados aos Conselhos Municipal e Estadual Antidrogas, para fins de controle e avaliação, realimentando novas estratégias e diretrizes de ação.

Art. 8º As palestras e oficinas de prevenção às drogas serão continuadas, sendo realizadas pelo menos uma vez por semana, por turma.

§ 1º As turmas serão divididas por módulos, nos quais estão previstos a participação de grupos teatrais, que abordarão temas relativos à prevenção de drogas e DST/SIDA, para alunos, pais, professores, integrando a cultura, o entretenimento, divulgando os efeitos trazidos pelo uso de substâncias tóxicas, na sociedade e no meio familiar.

§ 2º Todo este trabalho deverá ter acompanhamento pedagógico, objetivando eliminar possíveis falhas na obtenção de resultados positivos, que serão transformados em dados estatísticos, questionários, relatórios periódicos.

Art. 9º Os professores interessados em proferir as palestras e oficinas de prevenção às drogas e DST/SIDA, deverão realizar um treinamento específico, para abordar o tema.

Art. 10º A coordenação pedagógica da escola, em parceria com os especialistas no assunto, elaborarão os planos de aula e de ação, que serão aplicados na escola durante o ano letivo, embasados na proposta de intervenção comportamental-educativa, que visará a promoção do desenvolvimento psicossocial do jovem.

Art. 11. Os materiais didáticos a serem utilizados pelas escolas, serão avaliados pela Coordenadoria e Conselhos Municipal e Estadual Antidrogas, direção geral e departamento pedagógico da escola e, onde houver o Conselho Municipal de Entorpecente, este terá autonomia para avaliar o material didático atiente.

Parágrafo Único. É facultado à escola utilizar o material didático elaborado pela Secretaria Nacional Antidrogas-SENAD, o qual é especificamente direcionado, a pais, alunos, professores e comunidade.

Art. 12. Será imprescindível que a escola aplique os princípios de prevenção adequados, que podem abranger os seguintes aspectos:

I - a preocupação com as crianças, pré-adolescentes e adolescentes, ou seja, a identificação daquelas que podem ter dificuldades e desajustes em função da problemática das drogas;

II - a adaptação da instrução às diferenças individuais, possibilitando a satisfação dos interesses e das necessidades dos alunos;

III - a planificação do aconselhamento e da orientação;

IV - a direção adequada da classe, realizando um programa construtivo de prevenção às drogas e DST/SIDA para alunos, pais e professores, consistente e inteligente;

V - o desenvolvimento de métodos eficazes de trabalho e de estudo;

VI - a realização de um programa de atividades para a prevenção às drogas fora do âmbito da sala de aula;

VII - o aperfeiçoamento periódico do método didático empregado condizente com a realidade social;

VIII - a atenção à educação para a saúde, integrando efetivamente a educação no processo de conscientização social sobre prevenção às drogas e DST/SIDA, fazendo integrar alunos, pais, a comunidade e o Poder Público em todas as esferas da sociedade.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a proposta encaminhada pelo Instituto Internacional de Prevenção às Drogas-

IIPDROG, através de seu Presidente Antonio Carlos Basílio da Silva, demonstra a preocupação quanto ao consumo de drogas e propõe um trabalho de prevenção às drogas e DST/SIDA junto às escolas da rede pública e privada e na comunidade paranaense.

O avanço no consumo de drogas, tem gerado graves conseqüências à saúde física e psicológica das crianças e adolescentes, bem como sérios comprometimentos à família, aos jovens e à sociedade.

Considerando que a rede pública estadual de ensino já possui legislação estadual específica para obrigatoriedade da realização de palestras sobre prevenção às drogas, através de Lei Estadual nº 11273/95.

Considerando que as escolas são alvos constantes de traficantes e pessoas inescrupulosas para o comércio de drogas e entorpecentes e que a falta de esclarecimentos e informações inerentes ao assunto, podem acarretar o envolvimento de inocentes, propõe-se criar mecanismos de prevenção e formação, quanto ao uso de drogas, para minimizar as repercussões negativas, do ponto de vista familiar e social.

Considerando que o material didático-pedagógico elaborado pela Secretaria Nacional Ant-Drogas-SENAD, para comunidade, pais, alunos e professores, é de altíssima qualidade, podendo ser utilizado como referência pedagógica para as escolas da rede privada do Paraná.

A prevenção inicia-se a partir da família, passando pela informação-educação dos pais, não devendo limitar-se ao tema de dependência das drogas, pois os pais podem realizar um trabalho importante por meio do exemplo pessoal, buscando um clima de comunicação na família, utilizando a negociação na resolução dos conflitos familiares, atuando pelo crescimento pessoal dos filhos, controlando e orientando sua educação, buscando e passando informações, ocupando-se de seu lazer, praticando de campanhas de prevenção na comunidade, educando o jovem para a responsabilidade e acompanhando o seu rendimento escolar.

A escola possui idoneidade institucional suficiente para coordenar um trabalho educacional eficaz com fins de prevenção ao consumo de drogas e DST/SIDA e com acompanhamento pedagógico, através da intervenção comportamental-educativa e preventiva.

Justifica-se então, o presente projeto de lei, através da autorização por parte da Secretaria de Estado da Educação, para a realização de palestras e oficinas de prevenção às drogas e DST/SIDA nas escolas da rede privada, cujas finalidades vem preencher um hiato existente no tocante à sistematização de atividades desta natureza, visando a prevenção do consumo de entorpecentes, através da prestação de informações e de um trabalho conjunto com a comunidade, pedagogicamente orientado com grande alcance social.



PROJETO DE LEI Nº 072/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a meia entrada para doadores de medula óssea em todos os locais públicos de cultura, em casa de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para efetivos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artístico, circense, teatrais, cinematográficos, feiras, exposições zoológicas, pontos turísticos, estádios, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

Art. 3º Para efeito desta lei, são considerados doadores da medula óssea aqueles assim declarados por hospitais do estado especializados neste tipo de atividade médica, identificados por documento oficial expedido pela Secretária de Estado da Saúde.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa incentivar a doação de medula óssea em nosso estado, sabe-se que atualmente cerca de 1.000 pacientes aguardam um doador compatível para transplante de medula em todo país.

Tanto nosso estado quanto nosso país estão muito abaixo do número ideal de doações comparando-se à população ativa, é necessário aumentar o número de doadores, com incentivos e uma ampla divulgação da importância desse ato voluntário e caridoso.

Portanto a utilidade e a viabilidade deste projeto são facilmente constatáveis, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 073/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica estabelecido que as empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos continuados, do Paraná, que emitam fatura mensal, deverão, ao

final de cada exercício emitir um extrato anual de quitação de débitos aos consumidores quites com o período.

Parágrafo Único. O extrato referido no *caput* deste artigo será simplificado e servirá para a comprovação da quitação anual daqueles pagamentos, sendo entregue ao consumidor até o final do primeiro mês do ano subsequente.

Art. 2º A emissão desse extrato anual será dispensada somente em caso de faturas em aberto do ano de referência.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa facilitar aos consumidores quites com suas obrigações anuais de contas continuadas do serviço público, tais como água, luz, telefone e outras, a guarda de documentos comprobatórios de quitação de seus débitos, evitando o acúmulo de papéis e comprovantes mensais de anos cujo exercício já se tenha encerrado.

PROJETO DE LEI Nº 074/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto RPC, com sede e foro no município de Curitiba, à Rua José Loureiro, 282, Centro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

A presente instituição sem fins lucrativos, tem por finalidade a promoção é o incentivo a projetos de educação, cultura, capacitação profissional, valorização humana, desenvolvimento comunitário e atividades em prol do bem comum.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição.

***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
Está encerrada a Hora do Expediente.

***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 129/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante

do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que trata da alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), criando mais uma Vara e elevando a comarca de Matelândia para entrância intermediária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 130/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata da alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), elevando a comarca de Marechal Cândido Rondon à Sede de Seção Judiciária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 131/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata da alteração da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), que cria mais uma Vara na Comarca de Rio Negro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de Lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

### ***Relatório da Comissão Especial para referendar o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência informa ao Plenário que o Procurador, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, indicado para o cargo de Procurador Geral da Justiça pelo Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, foi ouvido hoje pela manhã pela Comissão Especial, constituída por ato desta presidência, na sala das reuniões, pelos Srs. Deputados. E solicito nesta oportunidade que o Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, designado Relator da Comissão, apresente por gentileza o parecer da Comissão Especial.

Quero nesta oportunidade dar as boas-vindas aos Promotores aqui presentes, um privilégio tê-los aqui. De igual maneira registrar a presença dos alunos da UNIOESTE e da Universidade Estadual do Norte Pioneiro. Os representantes da UPE, e a visita também do Colégio Estadual Professor José Guimarães a convite do Deputado Tadeu Veneri. Seja bem-vindo também o professor Márcio Pereira.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Cleiton Kielse.

### ***Relator: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Procuradores.

(Lê):

“Em atenção ao contido no Ofício CEE/G nº 016/08, de 04 de março do corrente, através do qual o Sr. Governador Roberto Requião comunica a este Poder Legislativo a sua escolha dentre a lista tríplice de nomes indicados em eleição realizada pelos integrantes do Ministério Público e, em respeito ao Ato do Presidente nº 001/08, que constituiu esta Comissão Especial para se manifestar quanto à escolha do Chefe do Poder Executivo, temos a considerar:

O escolhido, o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, é servidor público civil integrante do Quadro do Ministério Público do Estado, com 31 anos de relevantes serviços prestados não só a instituição como a todo o estado do Paraná.

Com uma imensa lista de ações positivas na área social, principalmente no que concerne à infância e à juventude, o escolhido é reconhecido, nacionalmente, pela sua atuação na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como, na concretização dos Direitos Humanos.

Indicado pela quarta vez a preencher o cargo de Procurador Geral de Justiça, sempre o mais votado entre seus Pares, assume o posto pela terceira vez, reunindo experiência, conhecimento e capacidade de gestão para um dos postos mais importantes de nosso estado do Paraná, além de apoio incondicional convergente de sua classe de Procuradores e Promotores.

Filho do falecido Sr. Lélio Guimarães Sotto Maior, ex-servidor desta Casa de Leis, que por duas décadas foi Secretário da Comissão de Redação Final e irmão do Diretor Legislativo da Assembléia, Severo Olimpio Sotto Maior, possui estreito relacionamento com o Poder Legislativo, embora sempre com a devida independência e primando pela harmonia entre as esferas de Governo.

Vale lembrar, nesta oportunidade, da figura da educadora Olinda Rüppel Sotto Maior, genitora do Dr. Olympio, que foi Inspetora Regional de Ensino, com um trabalho maravilhoso junto com a comunidade de Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Quatro Barras, Andrianópolis e tantos outros municípios, e que temos a certeza, ajudou a forjar o caráter de homem público do indicado a ocupar o cargo de Procurador Geral de Justiça.

Republicano e progressista, sempre norteou seus atos em princípios constitucionais, sendo conhecido pela unanimidade dos membros deste Poder Legislativo como homem público justo e honesto, merecendo, sem dúvida, o devido *referendum* do colegiado parlamentar desta Assembléia Legislativa à escolha de seu nome para assumir o posto de Procurador Geral de Justiça.

A responsabilidade de representar uma instituição como o Ministério Público; essencial à função jurisdicional do estado; incumbida da defesa da ordem jurídica; do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mantendo a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, para o exercício das funções obrigatórias expressas pelo artigo 120, da Carta Magna Estadual, é extremamente importante para o estabelecimento do verdadeiro estado de direito democrático, necessitando para sua execução, a chefia representativa de um elemento que congregue os Procuradores de Justiça sempre uníssonos como defensores da justiça, em nome do povo.

Neste contexto é que a escolha dos membros do Ministério Público, democraticamente exercida pelo voto em eleição, confirmada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e referendada por esta Assembléia de Deputados, demonstra reconhecimento pelo mérito profissional pela criatividade, pela independência, pelo espírito cívico, pela linha direta, sendo sempre um homem sério, direto nas suas ações de defesa do patrimônio público. Neste momento, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, tenho integral respeito à vontade expressa da maioria dos Procuradores e Promotores de Justiça do Estado do Paraná.

Assim sendo, esta Comissão Especial formalmente manifesta o devido apoio à escolha do Governador do Estado de indicar o Sr. Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto para assumir o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 10.03.08.”

Assina, por unanimidade, a Comissão formada por 11 Parlamentares que lá estiveram, trazendo a esta Plenária para que possamos não só ouvir o Dr. Olympio, mas também ser um dos avais na seqüência do seu trabalho junto ao Ministério Público, junto à Procuradoria de Justiça do Estado do Paraná.

Seria esse o relatório, Sr. Presidente, com muito prazer, ao lado de uma pessoa tão célebre e ímpar na questão dos seus atos e deveres junto ao Ministério Público, mas no seu direito como servidor público sempre defender a instituição pública e o nosso Paraná acima de tudo.

Obrigado, Presidente!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja, nesta oportunidade, cumprimentar o Deputado Cleiton Kielse pela maneira tão especial com que proferiu o parecer da Comissão designada para oitiva com o Dr. Olympio Sotto Maior.

Tenha certeza, meu caro Deputado Cleiton, que V. Exa. não deixou quase que mais nada para quem pudesse, neste instante, usar da palavra para ao abrigo de pouquíssimas palavras dizer alguma coisa que já não foi dita na Comissão de hoje e agora por V. Exa.

Por esta razão, como Presidente da Assembléia Legislativa, depois de proferido o parecer exarado pelo nosso Relator Deputado Cleiton Kielse, solicito a

V. Exas. que, por aclamação, aprovemos o relatório do Deputado Cleiton Kielse.

(Aplausos)

Com muita honra, passo a palavra ao Dr. Olympio de Sá Sotto Maior.

### ***Referendado: Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto***

#### O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; Deputada Cida Borghetti; Deputada Luciana Rafagnin; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; servidores desta Casa; meus senhores; minhas senhoras; Deputada Beti Pavin, que passa a compor a Mesa.

As minhas palavras devem ser de agradecimento a esta augusta Casa de Leis. Entretanto, me permito, porque como corretamente se diz, não se deve perder a ternura jamais, quero de início, lembrando também o poeta Eduardo Galiano, no sentido de que árvore também voa, como o pássaro que a abandona, fazer o registro do meu vínculo afetivo indissolúvel com esta Casa de Leis. Referir o fato de que o meu partido público se seu, aqui, na Assembléia Legislativa, mas mais do que isso, me vem à memória os dias em que o meu saudoso pai, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Presidente da Comissão de Redação desta Casa, me convidava, às vezes, aos sábados ou mesmo no período noturno, para analisar projetos de lei que deveriam ser encaminhados ao Executivo e que deveriam estar com a sua redação final, absolutamente, correta.

Ao acompanhar o meu pai desde muito cedo nesta Casa de Leis, serviu, sem dúvida nenhuma, para forjar a minha personalidade, no sentido da atuação do servidor público voltado sempre para os interesses maiores do estado e da sociedade paranaense. O vínculo é indissolúvel também, porque aqui continua, desde os seus 16 anos de idade, prestando serviços, o meu querido irmão Severo Olimpio Sotto Maior.

Hoje, durante contato que pude ter, com felicidade, com a Comissão Especial e que se imaginava seria um encontro formal, já ao adentrar a sala das comissões fui recebido com um beijo do meu irmão, o que desde logo rompeu com todas as formalidades possíveis, para aquele ato.

Enfim, quero dizer também, que institucionalmente, muito o Ministério Público do Estado do Paraná deve a esta Casa de Leis. Refiro-me, por exemplo, à Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, há poucos anos aqui deliberada, atendendo pelo menos naquele momento aos anseios da instituição.

Aproveito para fazer a referência, que à época o Procurador Geral de Justiça era o Dr. Gilberto Jacóia, meu especial amigo, meu irmão, ex-estagiário quando fui

Promotor lá em Ribeirão Claro. Desses casos em que se comenta, faço isso com satisfação, naquelas situações em que o aluno supera o professor. Brinco sempre que o Dr. Jacóia - presto aqui as minhas homenagens a ele - todos queremos ser bons e a diferença é que ele é bom. Por isso, ao tempo em que registro a intervenção positiva desta Casa de Leis na aprovação da nossa Lei Orgânica, rendo também as minhas homenagens ao Dr. Gilberto Jacóia.

Lembrava-me ainda há pouco também do fato de que foi, aqui nesta Casa de Leis, derrubando o veto do Governador do Estado, que o Ministério Público viu aprovado o seu Plano de Cargos e Salários, que permitiu o desenvolvimento da nossa instituição, respondendo as suas relevantes atribuições, com o corpo técnico aprovado com aquela lei, com auditores, técnicos em Contabilidade Pública, técnicos em Serviço Social e Psicologia. O salto de qualidade dado pelo Ministério Público, naquela momento - refiro-me nos idos de 1994 para 1995 - foi graças a atuação da Assembléia Legislativa derrubando o veto do Sr. Governador que então havia vetado o Plano de Cargos e Salários do Ministério Público. Aliás, ainda recentemente, em situação de dificuldade que permanece em relação aos recursos necessários para a implementação das atividades do Ministério Público, foi de definitiva importância a interferência da Assembléia Legislativa na definição do percentual da dotação orçamentária do Ministério Público.

Faço aqui os agradecimentos em nome pessoal, em nome da instituição e digo que o que os senhores podem esperar do Ministério Público do Estado do Paraná é o estrito cumprimento dos seus deveres inconstitucionais. O Ministério Público, a partir da Constituição de 1988, passou a ser instituição de primeira grandeza porque passa a exercer parte da soberania do estado. Para isso mesmo foi que o Legislador estabeleceu como prerrogativas dos seus integrantes a da própria instituição autonomia. Autonomia funcional, autonomia administrativa, financeira, para que o Ministério Público venha a responder as suas atribuições tão relevantes para a sociedade.

Disse o legislador constituinte que o Ministério Público passava a ser então uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, a quem incumbia não só a defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mas, principalmente a defesa do regime democrático. O compromisso que se assume neste momento é que o Ministério Público do Estado do Paraná cada vez mais e melhor estará respondendo com esta atribuição de ser legítimo defensor dos interesses da sociedade paranaense.

Com a visão clara de que defender a sociedade importa em atuar no sentido da implementação dos direitos que estão prometidos no nosso ordenamento jurídico para toda a população, um ordenamento jurídico que conta, inclusive, com uma Constituição denominada de Constituição Cidadã.

A intervenção positiva do Ministério Público se dará exatamente no sentido da aproximação entre as promessas de cidadania e a vida cotidiana de milhares, de milhões de paranaenses que se encontram ainda, infelizmente, afastados da possibilidade do exercício dos direitos elementares de cidadania. A opção preferencial de intervenção do Ministério Público será então a favor dos sem-teto, dos sem-terra, dos sem-saúde, dos sem-educação, dos sem-habitação, dos sem-trabalho, enfim, dos sem-oportunidade de vida digna. Com isso pode contar a sociedade paranaense, podem contar os representantes do povo, integrantes desta Assembléia.

Para o alcance desta intervenção, não se tenha dúvida, o Ministério Público irá cumprir um comendo constitucional no sentido de se dar prioridade absoluta para a infância e juventude. A construção de uma sociedade progressivamente melhor, como almejamos todos nós, se dará ao tempo que nós consigamos obstar a perda de gerações e gerações de crianças e adolescentes para a subcidadania, para a exclusão social e, infelizmente, às vezes, até para a criminalidade. A implementação dos direitos da criança e do adolescente com o fortalecimento do sistema de garantias da infância e da juventude é dever, sim, prioritário do Ministério Público do Paraná, porque as crianças e os adolescentes não são seres que param isolados da realidade social. É necessário a promoção social das famílias das crianças e dos adolescentes, a atenção às famílias empobrecidas e despossuídas da realidade paranaense.

E por isso mesmo pretende o Ministério Público, a partir da identificação das regiões e dos municípios com menor índice de desenvolvimento humano, dar atenção especial, através das promotorias das comunidades, a essas populações. Também tem claro o Ministério Público, no sentido de ver canalizados os recursos necessários para investimento na área social, que é necessário combater os crimes contra o patrimônio público, a atuação do Ministério Público no combate à criminalidade como um todo, mas a atuação do Ministério Público especialmente no combate à chamada criminalidade econômica financeira, os crimes do colarinho branco, dos agentes políticos corruptos, dos funcionários públicos peculatórios, dos grandes fraudadores do fisco, em razão que a atividade criminosa desses segmentos acabam determinando o desvio dos recursos necessários para a implementação das políticas públicas.

Encaminho-me para o fim da minha manifestação dizendo que o programa de atuação institucional do Ministério Público será estabelecido de forma democrática, participativa, discutindo-se os temas mais importantes com os agentes do Ministério Público, com os integrantes da instituição, do Ministério Público, mas ao mesmo tempo discutindo com a sociedade, os destinatários da atuação da nossa instituição. A idéia é de que, depois de uma grande discussão dentro do Ministério Público estabelecendo-se as metas prioritárias, as metas a curto, médio, longo prazo, esse programa seja aprovado

pela sociedade, que em cada município o Promotor de Justiça, em Audiências Públicas, submeta o projeto do Ministério Público para a apreciação dos destinatários da nossa atuação, aproximar-se e ouvir os anseios da sociedade, os seus reclames quando à violação dos seus direitos fundamentais.

E, concluindo essa idéia, um programa vindo da participação de todos, sem dúvida nenhuma, o Ministério Público vai querer contar com a intervenção também desta Casa Legislativa, dos Srs. Deputados, representantes do povo do Paraná. Um estabelecimento de contado permanente, Deputado Nelson Justus, com esta Casa, será desejo a ser implementado por ambas as instituições. O Ministério Público estará presente permanentemente ouvindo os representantes do povo, recebendo as sugestões necessárias para a otimização, para o aprimoramento das atividades do Ministério Público.

Aproveito a oportunidade e faço o registro satisfeito e ver aqui a presença dos representantes da UPEs, de ver aqui a presença de alunos do sistema educacional paranaense e para dizer que confio também que, através do protagonismo juvenil, os nossos jovens, os nossos jovens estudantes possam ser sujeitos de uma nova história para a realidade brasileira, não meros espectadores, mas sim protagonistas, atores principais de uma política, inclusive, necessária para a própria juventude.

Eu termino, então, agradecendo a manifestação desta Casa de Leis que eleve em dignidade a minha instituição e a indicação feita pelo Sr. Governador, em meu nome, e reafirmo, terminando, que os Srs. Deputados podem ter a certeza, que cada um dos Promotores e Procuradores de Justiça do Estado do Paraná serão instrumentos à disposição da sociedade brasileira, para que aqui no Paraná, antes mesmo dos outros estados da nação, se possa alcançar aquilo que é indicado, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, que é o de ver instalada uma sociedade livre, justa e solidária.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência quer dizer ao Dr. Olympio, o novo Procurador Geral de Justiça, que não tem a menor dúvida que o relacionamento muito especial e histórico que existiu sempre entre a Assembléia e o Ministério Público sente-se reforçado pelos laços de amizade que unem o Dr. Olympio, bem como a sua família toda com esta Casa.

Por esta razão, tenha a certeza Dr. Olympio, que os 54 Deputados que torceram para que esse dia chegasse sentem-se muito felizes e homenageados com a escolha dos Srs. Promotores, ratificados pelo Governador Roberto Requião.

Portanto, em nome dos 54 Deputados e todos os funcionários daqui desta Casa, os nossos votos de muitas felicidades.

Depois de um momento alegre e festivo, esta Presidência:

(Lê):

*“É com o sentimento de perda que expresso, publicamente, o meu pesar pelo falecimento do ex-Governador do Paraná, Adolpho de Oliveira Franco, aos 92 anos de idade, ocorrido na noite de ontem, 09 de março.*

*Homem público honrado, membro de uma equipe que legou ao Paraná grandes Líderes, além de pai de família prestimoso, Adolpho de Oliveira Franco deixa uma lacuna na vida paranaense.*

*A história moderna do Paraná pode apenas ser analisada por intermédio do conjunto de valores que a compõem. Dentre esses valores, tem importância fundamental a crença dos homens e mulheres de responsabilidade pública nas potencialidades da vida social e econômica do estado.*

*Assim se levantava, acima dos demais, Dr. Adolpho de Oliveira Franco, um homem para quem a vida encontrava sentido pleno no trabalho e na realização.*

*Nascido em Ponta Grossa, a 12 de novembro de 1915, filho de João de Oliveira Franco e Hilda Faro Oliveira Franco, realizou o curso fundamental no Colégio Santa Maria, em Curitiba. Mas tarde, conclui sua formação superior na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro.*

*Presidente do Banco Comercial do Paraná S/A, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, Diretor da Associação Paranaense dos Cafeicultores, entre outras honradas funções, Adolpho de Oliveira Franco deixou sua marca na boa política paranaense.*

*Eleito por esta Assembléia Legislativa, governou o Paraná por 10 meses, entre 1955 e 1956, na sucessão daquele que é, para muitos, a grande referência na vida política de nosso estado no século 20, Bento Munhoz da Rocha Neto. E o fez à altura do homem a quem sucedeu, deixando ele próprio, Adolpho de Oliveira Franco, uma obra que segue sendo fonte de inspiração pelo respeito aos princípios da boa administração e da atuação em favor dos princípios que orientam a nossa sociedade.*

*O breve período no qual governou foi intenso e prolífico. Homem equilibrado, convidou para o seu secretariado membros de todos os partidos e, dessa forma, deu andamento aos assuntos de estado, além do que presidiu as eleições a sua própria sucessão de forma isenta e imparcial, deixando um marco para o futuro.*

*Sua grande marca foi a implantação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná - PLADEP, que daria origem, mais tarde, ao Banco do Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP. Teve o reconhecimento público dos paranaenses. Foi eleito Senador da República e cumpriu, com brilhantismo, entre 1963 a 1971, o seu mandato.*

*Com tristeza agravada pelo sentimento de perda pública, registro seu desaparecimento, pelo qual, em*

*nome dos 54 Deputados Estaduais do Paraná, quero oferecer à família, na pessoa da viúva Rosa Macedo de Oliveira Franco, seus cinco filhos, netos e bisnetos, as nossas condolências.*

*Declaro, pois, suspensa esta Sessão Plenária e comunico o luto oficial de três dias no Poder Legislativo do Estado do Paraná."*

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 757 e 854/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 741 e 750/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 617 e 863/07 e do Projeto de Resolução nº 005/08.

Levanta-se a Sessão.

### **Publicações:**

#### **Comissão Executiva**

##### **Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 184/08  
A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4568, datado de 29/05/06.

#### **R E S O L V E :**

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0512, publicado no Diário da Assembléia Legislativa em 30/06/06 o qual concedeu como valor de gratificação de insalubridade à funcionária ADENIR NEVES ROCHA, matrícula nº 40235, admitida em 03/08/83, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico-Odontológico desta Casa, nível NTC-03, onde se lê a expressão quarenta por cento (40%), leia-se 10% (dez por cento), de seus vencimentos básicos a título de gratificação de insalubridade, conforme despacho contido no Protocolo nº 4568 de 29/05/06.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.03.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## **Diretoria Geral**

### **Portarias**

#### **PORTARIA Nº 149/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6860, datado de 09/06/07, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Mandar anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de JUSSARA REGINA DE CASTRO, matrícula nº 40217, portadora do RG nº 1.148.625-8 e do CPF nº 688.452.439-15, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 12/05/83, exercendo o cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada na Coordenadoria da Ata, os tempos na Certidão do INSS, em que prestou serviços a Câmara dos Deputados, por dois (02) anos, três (03) meses e quinze (15) dias, período de 16/10/80 a 01/01/83; MGF Engenharia Planejamento, por sete (07) meses, período de 25/02/73 a 24/09/73; Eletrofrio S/A, por dez (10) dias, período de 29/10/73 a 08/11/73; Gonzaga Imóveis Ltda., por sete (07) meses e vinte e três (23) dias, período de 19/11/73 a 11/07/74; CVI Comissária de Vendas Imobiliária Ltda, por dois (02) anos e quinze (15) dias, período de 15/07/74 a 29/07/76; ORBRAM Ltda, por dois (02) anos, dois (02) meses e dois (02) dias, período de 06/04/77 a 07/06/79; Agropecuária Estância Nova Ltda, por quatro (04) meses e dezesesseis (16) dias, período de 01/06/80 a 16/10/80, perfazendo o tempo de oito (08) anos, um (01) mês e vinte e um (21) dias, contados para efeito de aposentadoria e disponibilidade, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal; mais oito (08) meses e vinte e sete (27) dias, período de 05/07/79 a 31/03/80, prestados a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, contados para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 150/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7508, datado de 19/06/07, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de CARLOS EDUARDO PEREIRA JORGE CORDEIRO, matrícula nº 41090, portador do RG nº 13.962.037-5-PR e do CPF nº 857.561.999-34, funcionário

rio estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 30/04/92, exercendo o cargo de Consultor Jurídico, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 152/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7194, datado de 13 /06/07, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, portadora do RG nº 876.764-5 e do CPF nº 254.841.259-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-04, lotada na Diretoria Legislativa, os tempos constante na Certidão do INSS, em que prestou serviços a Rede Ferroviária Federal S/A, por um (01) anos, onze (11) meses e cinco (05) dias, período de 19/12/75 a 23/11/77; ORBRAM Organização e Branbilla Ltda., por um (01) ano, um (01) mês e vinte e quatro (24) dias, período de 21/03/78 a 14/05/79; Cooperativa dos Ferroviários Ltda., por três (03) meses e três (03) dias, período de 19/06/72 a 01/10/72, conforme dispõe o parágrafo 9º do artigo 201, da Constituição Federal; e, contados para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70, em que prestou serviços a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, por vinte e dois (22) meses, período de 16/02/78 a 07/03/78.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 044/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12293, datado de 05/12/07, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Colocar a disposição do Gabinete da Vice-Presidência os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, GERSON GONÇALVES DE MORAES, matrícula nº 40764, a partir de 06/12/07, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.03.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 046/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1362, datado de 03 de março de 2008, deste Poder,

#### R E S O L V E :

lotar no setor de Coordenadoria de Atas a funcionária deste Poder Legislativo, ROSEMERI DA CONCEIÇÃO TULIO, matrícula nº 40844, a partir de 03/03/08.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.03.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

### *Atas de Comissões*

#### *Ecologia e Meio Ambiente*

##### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Rosane Ferreira, Reni Pereira e Luiz Fernandes Litro. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 737/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer da Deputada Rosane Ferreira, FAVORÁVEL na forma da subemenda à emenda substitutiva geral - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar, eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

#### *Tomada de Contas*

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às onze horas, na sala de reuniões das comissões reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 2ª reunião ordinária com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao

mês de fevereiro de 2008 - Proposição nº 023/08. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Francisco Bühner, que relatou a Proposição nº 023/08, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004. Após exame da matéria, o Sr. Relator entendeu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e, desta forma aten-

dem a legislação em vigor, dada à sua exatidão, concluindo pelo Parecer - FAVORÁVEL - APROVADO, sendo acompanhado por unanimidade pelos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, Secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

